

**ANO II - EDIÇÃO Nº 268 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO:** Palmas, Terça-Feira, 25 de abril de 2017.

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 254/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação provisória ao servidor IGOR PABLO PEREIRA SAMPAIO, Auxiliar Ministerial Especializado – Auxiliar Administrativo, matrícula nº 90108, na 4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins, a partir de 24 de abril de 2017.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 20 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 255/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria 247/2017, que designou a Promotora de Justiça Substituta RUTH ARAÚJO VIANA para responder pela 2ª Promotoria de Justiça da Capital.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 24 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 256/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça Substituta RUTH ARAÚJO VIANA para responder pela 5ª Promotoria de Justiça da Capital, no período de 24 a 30 de abril de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 24 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 257/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça CRISTINA SEUSER para responder, cumulativamente, pela 4ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins, no período de 24 de abril a 23 de maio de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 24 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 259/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça BENEDICTO DE OLIVEIRA GUEDES NETO para atuar na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Paraíso do Tocantins - TO, nos dias 24 e 25 de abril de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 24 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### (Republicado)

PROCESSO Nº: 2017.0701.00156

ASSUNTO: Reconhecimento de despesa referente a Abono de Permanência

INTERESSADO: Marco Antonio Alves Bezerra.

**DESPACHO Nº 160/2017** – Nos termos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e da Lei Federal nº 4.320/64, considerando o Despacho nº 133/2017, de 20 de março de 2016, e o MEM/DG/MP nº 109/2017 e demais documentos carreados nos Autos epigrafados referentes à concessão do Abono de Permanência, com efeitos financeiros a partir de 28 de agosto de 2016, em favor do Procurador de Justiça MARCO ANTONIO

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

ALVES BEZERRA, RECONHEÇO e AUTORIZO o pagamento no valor total de R\$ 24.101,97 (vinte e quatro mil, cento e um reais e noventa e sete centavos), sendo o valor de R\$ 17.368,13 (dezesete mil, trezentos e sessenta e oito reais e treze centavos) referente à dívida de exercício anterior, apurados a até dezembro de 2016, e o valor de R\$ 6.733,84 (seis mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e oitenta e quatro centavos) referente ao exercício corrente, apurados até fevereiro/2017, conforme apontados na Planilha às fls. 175, em favor do referido Membro, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária específica, consignada no orçamento da Unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, na rubrica de "despesas de exercícios anteriores".

Encaminhe-se os presentes autos ao Departamento Financeiro e em seguida a Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento para as devidas providências.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 30 de março de 2017.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: TARSO RIZO OLIVEIRA RIBEIRO

**DESPACHO Nº 189/2017** – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça TARSO RIZO OLIVEIRA RIBEIRO, para alterar para época oportuna a data de folga prevista para usufruto no dia 19 de abril de 2017, concedida nos termos do Despacho 175/2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 24 de abril de 2017.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00552

ASSUNTO: Homologação de Procedimento Licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de materiais de expediente.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

**DESPACHO Nº 190/2017** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea "c", item 4, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, devidamente cumpridos os requisitos previstos no inciso VI do art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 7.892/2013, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013 e nº 021/2016, e considerando as manifestações favoráveis proferidas no Parecer Administrativo nº 048/2017, às fls. 713/715, oriundo da Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 025/2017, às fls. 716/719, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, referentes ao procedimento licitatório objetivando a formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, que ocorreu na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, sob a forma de Sistema de Registro de Preços, conforme Pregão Presencial nº 004/2017, HOMOLOGO o resultado do dito certame, no qual foram adjudicadas as propostas das seguintes empresas licitantes vencedoras: GARCIA COMERCIAL LTDA – itens 39 e 40; L. R. DOS REIS – itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45 e 46; O & M MULTIVISÃO COMERCIAL EIRELI – itens 14, 20, 31, 34 e 47, em conformidade com a Ata da Sessão Pública, acostada às fls. 594/602,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

do Pregão Presencial em referência, apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Propostas de Preços realinhadas acostadas às fls. 698/711. Determino a lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços. Sigam-se os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 24 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017/0701/00098

ASSUNTO: Aprovação do projeto básico referente à reforma de parte do telhado e reforma da marquise de entrada da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas – TO.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

**DESPACHO Nº 191/2017** – Em cumprimento ao previsto no Art. 7º, § 2º, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93, APROVO o projeto básico, acostados às fls. 26/35 e 19/20 dos autos, referentes ao procedimento licitatório objetivando a contratação de empresa especializada para reforma de parte do telhado e reforma da marquise de entrada da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas - TO.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 24 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

## DIRETORIA-GERAL

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº.: 021/2016

Processo nº.: 2016/0701/00144

CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

CONTRATADA: ENERGISA Tocantins Distribuidora de Energia S.A.

OBJETO: Fica prorrogado o prazo do Contrato 021/2016, com término previsto para 16.04.2017, por mais 12 (doze) meses, a partir de 17.04.2017.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 60, §2º, da Lei nº 4.320/64

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39

ASSINATURA: 11/04/2017

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.

Contratada: Alankardek Ferreira Moreira e Alessandro Brum

UILITON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

### EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº.: 010/2010

Processo nº.: 2010/0701/000167

CONTRATANTE: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins

CONTRATADO: Valquíria Andreatti

OBJETO: Fica prorrogado o prazo do Contrato 010/2010, com término previsto para 19/04/2017, por mais 12 (doze) meses, a partir de 20/04/2017.

VIGÊNCIA: O presente termo aditivo terá vigência de 12(doze) meses, contados a partir da data de 20/04/2017.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, Art. 24, X, Lei nº 8.666/93.

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.36

ASSINATURA: 18/04/2017

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira

Contratado: Valquíria Andreatti

UILITON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

## 23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA ICP nº. 27/2017-MP/23ª PJC

INVESTIGANTE: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.

FUNDAMENTO: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº. 8.625/93; artigo 8º, §1º, da Lei 7.347/85; art 1º, inciso II c/c art. 5º, inciso I, da Lei 7.347/85; art. 182, da Constituição Federal.

ORIGEM: Inquérito Civil Público nº. 2017.3.29.23.0070

FATO EM APURAÇÃO: Possível lesões aos consumidores em decorrência de eventual desrespeito à legislação de proteção ao idoso, consistente na negativa de concessão de gratuidade no transporte, bem como de práticas abusivas na prestação do serviço de transporte rodoviário intermunicipal.

INVESTIGADOS: CAPITAL TUR TRANSPORTES E TURISMO EIRELI-ME.

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Palmas-TO, 11 de abril de 2017.

DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO: 11 de abril de 2018.

## 24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por seu representante titular da 24ª Promotoria de Justiça da Capital, em atendimento ao disposto no artigo 21, § 2º, da Resolução nº 003/2008 do Conselho Superior do Ministério Público – CSMP, NOTIFICA Miguel Albino Folt, com o fim de cientificá-lo da DECISÃO DE ARQUIVAMENTO do Procedimento Preparatório nº 2016.2.29.24.0147, instaurado para averiguar regularidade ambiental do desmatamento e piquetamento na Área Rural, Gleba B, do Loteamento Taquaruçu.

Informamos que, conforme disposição do art. 21, § 3º, da citada Resolução, até a sessão do CSMP que apreciará a decisão, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos que poderão contribuir para a decisão do Colegiado.

Pedro Geraldo Cunha de Aguiar  
24ª Promotoria de Justiça

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por seu representante titular da 24ª Promotoria de Justiça da Capital, em atendimento ao disposto no artigo 21, § 2º, da Resolução nº 003/2008 do Conselho Superior do Ministério Público – CSMP, NOTIFICA Cleunilde Gomes Chagas, inscrita no CPF nº 010.041.171-16 com o fim de cientificá-la da DECISÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil nº 2010.3.29.25.0028, instaurado para averiguar a regularidade e os danos ambientais e ao ordenamento urbano da Capital decorrente da implantação de loteamento advindo do parcelamento ilegal do solo na Região Norte de Palmas – denominado Chácara Resplandecer do Sol, Região Norte, próximo ao Córrego Cachimbo.

Informamos que, conforme disposição do art. 21, § 3º, da citada Resolução, até a sessão do CSMP que apreciará a decisão, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos que poderão contribuir para a decisão do Colegiado.

Pedro Geraldo Cunha de Aguiar  
24ª Promotoria de Justiça

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por seu representante titular da 24ª Promotoria de Justiça da Capital, em atendimento ao disposto no artigo 21, § 2º, da Resolução nº 003/2008 do Conselho

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Superior do Ministério Público – CSMP, NOTIFICA Elizângela Soares da Silva, com o fim de cientificá-la da DECISÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil nº 2016.3.29.24.0298, instaurado para investigar os danos causados pelo lançamento de resíduos líquidos em via pública em desacordo com as exigências da lei.

Informamos que, conforme disposição do art. 21, § 3º, da citada Resolução, até a sessão do CSMP que apreciará a decisão, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos que poderão contribuir para a decisão do Colegiado.

Pedro Geraldo Cunha de Aguiar  
24ª Promotoria de Justiça

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por seu representante titular da 24ª Promotoria de Justiça da Capital, em atendimento ao disposto no artigo 21, § 2º, da Resolução nº 003/2008 do Conselho Superior do Ministério Público – CSMP, NOTIFICA Ângela Costa Alves, com o fim de cientificá-la da DECISÃO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Civil Público nº 2016.3.29.24.0296, instaurado para investigar autoria de suposto crime ambiental de queimada em APP atribuído à investigada.

Informamos que, conforme disposição do art. 21, § 3º, da citada Resolução, até a sessão do CSMP que apreciará a decisão, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos que poderão contribuir para a decisão do Colegiado.

Pedro Geraldo Cunha de Aguiar  
24ª Promotoria de Justiça

## 12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA DEFESA DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA IC Nº.: 013/2017.

INVESTIGANTE: Dra. ANA PAULA REIGOTA FERREIRA CATINI – 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III da CF/88, art. 25, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 8.625/93; art. 8º, §1º da Lei 7.347/85.

FATO(S) EM APURAÇÃO: apurar a regularidade das condições ambientais e das condições de infraestrutura do Loteamento Ana Maria, no município de Araguaína-TO.

INTERESSADO(S): A COLETIVIDADE e PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 10 de abril de 2017.

## 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 15/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 16/2017

INVESTIGANTE: 8.ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO

ÁREA DE ATUAÇÃO: Tutela Coletiva – Patrimônio Público  
FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2.º, Inciso III, §§ 6º e 7.º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4.º, §§ 3.º e 4.º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Representação

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos Administrativos. Improbidade Administrativa. Violação aos Princípios da Administração Pública.

FATO EM APURAÇÃO: Apurar supostos atos de improbidade administrativa, consistentes em gastos excessivos com combustíveis, para um único veículo oficial e locação desnecessária de um outro veículo, por valores exorbitantes.

REPRESENTANTE: Câmara Municipal de Dueré/TO

REPRESENTADO: Mouzer Joaquim Ferreira

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 19 de abril de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 18/04/2018.

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ALVORADA

### EXTRATO DE PORTARIA – INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, possa apresentar documentos ou subsídios ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA N.º: 14/2017;

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Alvorada/TO;

FUNDAMENTOS: Artigo 129, incisos II e III, 207, inciso II e 227, §7º, da Constituição Federal de 1988; Artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; Artigo 25, inciso VI, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/1993; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 51/2008; Art. 88, inciso I, da Lei 8069/90;

ORIGEM: Ex officio

FATO EM APURAÇÃO: Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Talismã/TO

INVESTIGADO: Município de Talismã/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Alvorada, em 18 de abril de 2017.

Alvorada/TO, 18 de abril de 2017.

Caleb Melo

Promotor de Justiça

-Em substituição automática-

### EXTRATO DE PORTARIA – INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, possa apresentar documentos ou subsídios ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA N.º: 15/2017;

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Alvorada/TO;

FUNDAMENTOS: Artigo 129, incisos II e III, 207, inciso II e 227, §7º, da Constituição Federal de 1988; Artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; Artigo 25, inciso VI, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/1993; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 51/2008; Art. 88, inciso I, da Lei 8069/90;

ORIGEM: Ex officio

FATO EM APURAÇÃO: Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Talismã/TO

INVESTIGADO: Município de Talismã/TO.



LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Alvorada, em 18 de abril de 2017.

Alvorada/TO, 18 de abril de 2017.

Caleb Melo  
Promotor de Justiça  
-Em substituição automática-

#### EXTRATO DE PORTARIA – INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, possa apresentar documentos ou subsídios ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA N.º: 16/2017;

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Alvorada/TO;

FUNDAMENTOS: Artigo 129, incisos II e III, e 226 da Constituição Federal de 1988; Artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; Artigo 25, inciso VI, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/1993; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 51/2008; Arts. 201, incisos VI e VIII e 210, inciso I, da Lei 8069/90;

ORIGEM: Ex officio

FATO EM APURAÇÃO: Programa Municipal de “Guarda Subsidiada” do Município de Alvorada/TO

INVESTIGADO: Município de Alvorada/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Alvorada, em 19 de abril de 2017.

Alvorada/TO, 19 de abril de 2017.

Caleb Melo  
Promotor de Justiça  
-Em substituição automática-

#### EXTRATO DE PORTARIA – INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, possa apresentar documentos ou subsídios ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados:

PORTARIA N.º: 17/2017;

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Alvorada/TO;  
FUNDAMENTOS: Artigo 129, incisos II e III, e 226 da Constituição Federal de 1988; Artigo 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; Artigo 25, inciso VI, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/1993; Artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 51/2008; Arts. 201, incisos VI e VIII e 210, inciso I, da Lei 8069/90;

ORIGEM: Ex officio

FATO EM APURAÇÃO: Programa Municipal de “Guarda Subsidiada” do Município de Talismã/TO

INVESTIGADO: Município de Talismã/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Promotoria de Justiça de Alvorada, em 19 de abril de 2017.

Alvorada/TO, 19 de abril de 2017.

Caleb Melo  
Promotor de Justiça  
-Em substituição automática-

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTE ALTA DO TOCANTINS

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 22/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins/TO

FUNDAMENTOS: com fundamento nos artigos 129, III, da Constituição Federal; 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: de ofício.

FATOS EM APURAÇÃO: apurar suposta prática de improbidade decorrente da aprovação do projeto de lei 001/2016, que resultou em aumento de despesa com pessoal, no dia 13/12/2016, no final do mandato do titular do poder legislativo de Pindorama do Tocantins.

INVESTIGADOS: João Antonio de Jesus Filho e outros.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins, 20 de abril de 2017.

**(63) 3216-7598**  
**(63) 3216-7575**  
**www.mpto.mp.br**  
**ouvidoria@mpto.mp.br**

**QUEREMOS OUVIR VOCÊ!**  
OUVIDORIA MPE  
Sugira · Denuncie · Questione